

## A União Europeia e o Brasil – 30 anos

### *The European Union and Brazil – 30 years*

EMBAIXADORA ANA PAULA ZACARIAS<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo versa sobre as relações da União Europeia com o Brasil. Inicia com um breve histórico dessas relações e a criação e evolução da União Europeia. Fornece uma quadro importante sobre a situação atual da UE, assim como os instrumentos de política externa que a União com os quais a União conta nos dias de hoje. Concentra-se, a seguir, na parceria estratégica entre a UE e o Brasil, com seus diálogos e pontos de interseção. Conclui abrindo perspectivas para as relações no curto prazo.

**Palavras-chave:** União Europeia, Brasil, Parceria Estratégica

**Abstract:** This article is a discussion on European Union-Brazil relations. It presents a brief historical account of these relations and the creation and evolution of the European Union. It draws an important overview of the current EU situation, as well as the foreign policy instruments currently used by the Union. It then focuses on the strategic partnership between the EU and Brazil, highlighting the dialogues and convergence points. It concludes with a discussion of the short-term prospects of these relations.

**Keywords:** European Union, Brazil, Strategic Partnership

### Introdução

A União Europeia e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas formais em 1960, relações estas que só têm crescido e se aprofundado nesses anos. Embora o Brasil tenha inaugurado sua Missão junto à Comunidade Econômica Europeia em 1961, foi só na década de 1980 que a União Europeia começou a abrir Delegações mundo afora, até a inauguração da Delegação da Comissão Europeia no Brasil em 1984.

No começo, as relações focalizavam questões comerciais, mas ganharam dinamismo e importância após o restabelecimento da democracia no Brasil e a criação de um mercado único, além da assinatura do Tratado de Maastricht, que criou o Euro e a União Europeia.

O Acordo-Quadro de 1992 estabeleceu os alicerces para relações políticas e econômicas mais dinâmicas e, em 2004, o Acordo de Cooperação Científica e

<sup>1</sup> Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil. Email: [delegation-brazil@eeas.europa.eu](mailto:delegation-brazil@eeas.europa.eu)

Recebido em 28 de novembro de 2014

Received on November 28, 2014

DOI: 10.12957/rmi.2014.13894

Tecnológica preparou o caminho para uma série de iniciativas bem sucedidas entre as duas partes.

Em 2007, no contexto da redefinição de seus papéis num sistema internacional multipolar em transição, o Brasil e a União Europeia procuravam estabelecer uma relação mais proveitosa, o que os levou a constituir uma Parceria Estratégica.

A Parceria Estratégica é baseada no pressuposto de que ambas as partes compartilham valores comuns: os princípios da democracia e do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, da promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e da proteção da paz e segurança internacionais.

Esses valores e interesses compartilhados potencializam o desenvolvimento de uma relação bilateral mais abrangente e duradoura, mais forte e mutuamente benéfica, que compreendem uma ampla série de questões, que variam de comércio e investimentos à educação e cultura, de ciência e tecnologia a desenvolvimento e política externa.

Entretanto, a natureza estratégica das relações Brasil- União Europeia vai além da dimensão bilateral, visto que também contempla o enfrentamento conjunto dos desafios regionais e globais. Tanto Brasília como Bruxelas defende um sistema multilateral forte e eficaz, baseado no direito internacional para a solução dos muitos desafios com que o mundo de hoje se defronta, a saber, mudança climática, meio ambiente, energia sustentável, desenvolvimento e combate à pobreza, direitos humanos, comércio internacional e desenvolvimento, cooperação regional e reforma das instituições políticas, econômicas e financeiras de natureza global.

### **As origens da União Europeia**

Para a maioria dos europeus, a Primeira Grande Guerra foi um momento de definição da civilização europeia. Uma minoria chegou à conclusão de que a capacidade da Europa de reagir à guerra dependia de sua capacidade de superar os nacionalismos agressivos que tinham levado o continente à devastação, bem como de adotar o ideal de uma Europa unida e pacífica como projeto comum.

No período entre as guerras mundiais, foram realizadas diversas tentativas visando a promover a identidade europeia, como a fundação do Movimento Pan-Europeu em 1923, sendo que o Primeiro Congresso Pan-Europeu foi realizado em Viena em 1926. Em 1929, o Primeiro-Ministro francês Aristide Briand fez um discurso, mais tarde amplamente celebrado, perante a Assembleia da Liga das Nações, no qual formulava a ideia de uma federação de nações europeias baseada na solidariedade e na busca da prosperidade econômica e da cooperação política e social.

Contudo, foi somente após a Segunda Guerra Mundial, com a maior parte do continente em ruínas, que a Europa compreendeu plenamente o absurdo suicida a que as rivalidades nacionalistas a tinham levado. Tornou-se evidente a necessidade de algum novo formato de integração que permitisse reordenar o mapa político europeu.

A realidade tinha demonstrado a necessidade de seguir uma nova orientação rumo à integração europeia. Primeiramente, a consciência europeia da própria fraqueza. A Segunda Guerra Mundial tinha eliminado, definitivamente, a hegemonia da Europa tradicional no mundo.

Em segundo lugar, a convicção de que era necessário evitar, por todos os meios

possíveis, uma nova confrontação entre os Estados europeus. Essencialmente, tratava-se de procurar uma forma de acomodação entre a França e a Alemanha, uma solução conciliadora que fosse endossada pelos Estados Unidos. A determinação de integrar a Europa prepararia o caminho para uma paz garantida.

Em 1946, o Ex-Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill fez seu famoso discurso na Universidade de Zurique (Suíça), mais tarde considerado o primeiro passo para a integração europeia no período pós-guerra.

*"Quero falar-lhes hoje sobre a tragédia da Europa. (...) Mas existe um remédio que, se fosse adotado, de maneira geral e espontânea, pela grande maioria dos povos, em todas as partes, transformaria, como um milagre, a atual situação, e, em alguns poucos anos, faria da Europa, ou da maior parte dela, [um lugar] tão livre e tão feliz quanto a Suíça é hoje. Qual é esse remédio soberano? É a recriação da Família Europeia, ou tanto dela quanto pudermos, dando-lhe uma estrutura que permita que viva em paz, em segurança e em liberdade. Devemos construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. (...) O primeiro passo na recriação da Família Europeia precisa ser uma parceria entre a França e a Alemanha."*

Desde o início, o processo de integração europeia distinguiu-se pela intenção de tornar a guerra "não apenas impensável, mas materialmente impossível". Assim, assentaram-se os alicerces, nos quais, têm sido possível construir uma parceria de paz e liberdade entre as nações de um continente que fora dividido e dilacerado pela guerra durante séculos.

### A União Europeia hoje

Após a criação da Comunidade do Carvão e do Aço em 1952, que durante 21 anos reuniu os seis países fundadores – a Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo –, houve sucessivos alargamentos visando a estender esta área de paz, democracia e estabilidade por todo o continente europeu. O primeiro veio em 1973, quando a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderiram à Comunidade Europeia. Em 1981, foi a vez da Grécia, seguida pela Espanha e por Portugal em 1986, e pela Áustria, Finlândia e Suécia em 1995.

Foi em 2004 e 2007 que ocorreu o maior e mais complexo alargamento: doze novos Estados Membros, a grande maioria antigos membros do bloco soviético, aderiram à União Europeia, selando a reunificação e reconciliação da Europa. Em maio de 2004, 75 milhões de pessoas, pertencentes a dez países da Europa Central e Oriental e do Mediterrâneo, tornaram-se cidadãos da União Europeia. Os novos Estados Membros eram a Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Malta e Chipre. O décimo aniversário desse evento nos permite relembrar e comemorar mais de 60 anos do processo de integração europeia e suas realizações. Romênia e Bulgária aderiram em 2007 e a Croácia, em 2013.

O alargamento demonstrou ser um dos instrumentos mais importantes para a prosperidade do continente europeu. Amplia nosso mercado interno e faz da União Europeia a maior área econômica integrada do mundo; aumenta os fluxos comerciais, financeiros e empresariais para as empresas da União Europeia e os países aderentes, criando, assim, mais empregos e crescimento.

Em termos da sua política externa, o alargamento permitiu também que o peso da União Europeia, como ator global, crescesse no cenário internacional. Tornou-a mais segura, mais forte e mais rica, também do ponto de vista político. Aumentou sua influência no mundo multipolar atual pela constante projeção de nossos valores e interesses além de nossas fronteiras e pela constituição de padrões mais elevados no mundo inteiro, como resultado de sua capacidade reguladora, corolário de seus programas de cooperação em áreas como energia, transporte, estado de direito, migração, segurança alimentar, proteção ambiental e mudanças climáticas, por exemplo. Além disso, o processo de alargamento trouxe o aprimoramento das nossas relações de boa vizinhança no Oriente e nos Balcãs, aproveitando a atração, influência e credibilidade da Europa na África, no Oriente Médio e nas Américas mediante a superação do legado de um passado colonial.

Hoje, a política de alargamento continua a impelir a transformação e a ancorar a estabilidade, entre outros, nos países dos Balcãs Ocidentais (Montenegro, Sérvia, Antiga República Iugoslávia da Macedônia, Albânia, Bósnia e Herzegovina e o Kosovo), que legitimamente aspiram a serem membros da União Europeia.

Mais recentemente, com os importantes eventos geopolíticos na Europa Oriental e, particularmente, na Ucrânia, onde os cidadãos se ergueram em defesa de nossos valores comuns de democracia e respeito às liberdades individuais, a política de alargamento ganhou um impulso adicional e uma *raison d'être*.

Esse clima confirma a atração do processo de integração europeia e sua visão de mundo baseada no estado de direito e na democracia, na cooperação ao invés da confrontação, e onde o princípio de

igualdade social e política é válido e deve ser aplicado a todos os cidadãos.

O êxito desses 60 anos de integração demonstra que só a “Unidade na Diversidade” pode responder aos desafios globais com que nos confrontamos, permitindo que o projeto europeu continue a crescer e prover paz e prosperidade, enquanto continua sendo um modelo de integração regional.

### **A União Europeia no Mundo**

A partir de seu estabelecimento pelo Tratado de Lisboa em 2011, o papel do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) tem sido garantir uma maior abrangência e coerência à política externa da União Europeia. Uma das tarefas chaves do SEAE é assegurar que as diferentes atividades da União Europeia no exterior sejam consistentes e eficazes. O SEAE é chefiado pelo principal diplomata da União Europeia – conhecido como Alto Representante. Catherine Ashton foi nomeada a primeira Alta Representante por todos os Estados-Membros da União Europeia em 2009 e foi sucedida, a partir de novembro de 2014, por Federica Mogherini.

Desde sua criação, o SEAE tem desenvolvido relações estratégicas profundas com parceiros-chave da União Europeia como os EUA e a China além, é claro, do Brasil.

O SEAE também tem trabalhado para assegurar que a União Europeia apoie países, como Burma/Myanmar, que saem de longos períodos de regime autoritário. Também ajuda na construção do Estado na Somália e provê apoio humanitário no Chifre da África para evitar a deterioração da situação e assegurar que as rotas marítimas e o comércio internacional

estejam livres de pirataria por meio da Força Naval Navfor.

O SEAE e o Alto Representante também são responsáveis pelas 139 delegações que representam a União Europeia no mundo inteiro. Seu pessoal consiste de funcionários públicos da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia, assim como diplomatas dos diferentes Estados-Membros da União Europeia.

A União Europeia está comprometida com os direitos humanos e trabalha para garantir que sejam universalmente respeitados. Os direitos humanos estão no cerne das relações externas da União Europeia, que expressa esse foco através de seu diálogo político com países terceiros, sua política de desenvolvimento e sua participação em foros multilaterais, como as Nações Unidas.

A União Europeia trabalha estreitamente com as Nações Unidas num amplo espectro de assuntos. A convicção da União Europeia acerca dos benefícios do multilateralismo se reflete na sua insistência em regras vinculativas, negociadas nas relações internacionais. A relação da União Europeia com as Nações Unidas está explicitamente expressa no Tratado de Lisboa.

Nos termos da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a União Europeia tem missões civis e militares no mundo inteiro. Essas missões realizam uma série de tarefas, que variam da gestão de fronteiras à capacitação de forças policiais locais. A Operação UENAVFOR Atalanta no litoral da Somália, por exemplo, confronta a pirataria e protege remessas humanitárias do Programa Mundial de Alimentos.

A União Europeia e os Estados-Membros também fornecem aproximadamente 50% dos recursos financeiros globais para ajuda

de emergência: auxílio vital às vítimas de desastres, aos refugiados e a outros em situações de extrema necessidade. A União Europeia responde, de maneira coordenada, a emergências internacionais de todo tipo – terremotos no Haiti, tsunamis no Japão, ou enchentes no Paquistão – arregimentando todas as ferramentas disponíveis na União Europeia.

Além disso, a União Europeia teve um papel crucial na negociação do Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas e, hoje, apoia ativamente os esforços da ONU para criar um acordo internacional em Paris 2015 sobre o clima a fim de reduzir as emissões de carbono e limitar o aquecimento global. A União Europeia contribui com os países em desenvolvimento através de financiamento substancial visando ao desenvolvimento, ajudando-os a enfrentar os problemas associados às mudanças climáticas.

### **As relações Brasil- União Europeia**

Muito mudou nas frentes doméstica, regional e internacional de ambos os parceiros desde 2007, mas a evolução de suas posições internacionais aumentou ainda mais seu escopo de engajamento.

A Parceria Estratégica levou a uma diversificação crescente das relações União Europeia - Brasil, marcadas pela intensificação substantiva das trocas políticas de alto nível e pelo estabelecimento de mais de 30 áreas de diálogo. Além das cúpulas anuais e das reuniões políticas de alto nível, também foram organizados os diálogos com o setor privado durante os Foros Empresariais Brasil-Europa.

Na área multilateral, a União Europeia e o Brasil também têm empreendido consultas bilaterais mais responsáveis e melhor



coordenadas, por exemplo, nos campos dos direitos humanos e de mudanças climáticas.

Essa relação política estratégica foi solidamente construída sobre uma relação econômica e comercial cada vez mais dinâmica. A União Europeia ainda é o maior parceiro comercial do Brasil e o destino principal das exportações brasileiras (mais de 21%), o que leva muitas empresas europeias a ter interesse em se estabelecer ou expandir sua presença no Brasil.

A União Europeia também é o principal investidor estrangeiro no Brasil, com aproximadamente 50% dos Investimentos Diretos Estrangeiros no país. Do outro lado, os investimentos brasileiros na União Europeia continuam a crescer, sendo o Brasil o quinto maior investidor no continente. O peso econômico do Brasil na Europa aumentou consideravelmente ao longo da última década.

Para o Brasil, os investimentos estrangeiros criam empregos e promovem o crescimento econômico do país, para a União Europeia, incrementar as relações comerciais com o Brasil também significa criar empregos e crescimento na Europa. Quanto a esse aspecto, ambas as partes precisam uma da outra, precisando trabalhar de maneira aberta, lidando com medidas que poderiam ser restritivas ao comércio e aos investimentos.

Um aspecto crucial nessa relação comercial está estreitamente interligado à relação União Europeia - Mercosul, que constitui a pedra angular da cooperação União Europeia - Brasil, especialmente em termos de acesso ao mercado. A evolução ulterior do comércio União Europeia - Brasil depende, em grande parte, da conclusão do acordo entre União Europeia e Mercosul, que permitiria reforçar os já sólidos laços entre os dois parceiros estratégicos.

Um acordo ambicioso e abrangente está sendo negociado com os países do Mercosul, visando a cobrir o comércio de bens e serviços, investimentos e diversos aspectos dos direitos de propriedade intelectual, dentre outras questões. O Mercosul representa um grande mercado, com grande potencial de crescimento, e entende-se que o acordo alavancaria novas oportunidades comerciais e de investimento, mediante a remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias.

\*\*\*

Em tempos de incerteza no cenário político e econômico internacional, tanto o Brasil como a União Europeia têm sido forçados a refletir seriamente sobre as respectivas estratégias de crescimento e os benefícios de uma cooperação mais estreita.

Com confiança, compreensão mútua e abertura, pode-se realizar mais, com maiores chances de avanço na Parceria Estratégica, obtendo a participação dos atores governamentais tradicionais, mas também atribuindo um papel mais ativo às comunidades empresariais, às organizações não governamentais e aos cidadãos dos dois lados do Atlântico.

Nesse aspecto, na Cúpula Brasil- União Europeia mais recente, realizada em fevereiro de 2014, os Presidentes da União Europeia e do Brasil se reuniram em Bruxelas para reafirmar sua estreita parceria. Confrontados por desafios globais, essa parceria representa uma valiosa oportunidade de maior prosperidade e segurança para 700 milhões de cidadãos.

Durante a Cúpula, os Presidentes também destacaram o potencial dos laços econômicos para impulsionar o crescimento e gerar empregos em ambos os lados do Atlântico nos próximos anos, assim como fortalecer as respectivas economias para

enfrentar os desafios de competitividade que o futuro reserva sem a adoção de medidas protecionistas.

O Brasil e a União Europeia acordaram promover o comércio, os investimentos e a inovação, e racionalizar os regulamentos, incluindo aqueles relativos à competitividade, trazendo, assim, benefícios para as empresas, os trabalhadores e os consumidores.

Insistiram, em especial, na necessidade de fomentar a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas da União Europeia e do Brasil, a fim de torná-las mais competitivas e resistentes a condições comerciais adversas.

A União Europeia e o Brasil reconhecem a importância de continuar a fortalecer os contatos entre nossas comunidades empresariais e, em especial, entre as Pequenas e Médias Empresas, com vistas a promover o comércio bilateral e os investimentos, bem como intercâmbios nas áreas de inovação, pesquisa e desenvolvimento, de maneira a aumentar a competitividade de nossas empresas nos mercados globais.

É também importante que o Brasil e a União Europeia continuem trabalhando nas questões econômicas globais no âmbito do G20, a fim de estimular o crescimento e a criação de empregos e assegurar a dinâmica da regulamentação financeira, da reforma do FMI e da implementação de outros compromissos internacionais existentes.

\*\*\*

Embora a parceria estratégica com o Brasil tenha avançado substancialmente desde seu lançamento em 2007 e desenvolvido uma ampla gama de diálogos (32, atualmente), que variam de questões econômicas à mudanças climáticas, transporte, drogas, não proliferação, paz e segurança internacional, energia, cooperação espacial, cultura e educação, existe ainda um leque significativo de temas a serem trabalhados em estreita colaboração.

A atual renovação da liderança da União Europeia, coincidindo com o começo do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, constitui uma excelente oportunidade para incrementar nossa parceria e aumentar nossa cooperação em áreas relevantes como comércio e transporte, política externa e segurança, e para dar respostas conjuntas aos desafios globais.